CADERNOS MACAMBIRA

ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n.3, 2026. https://doi.org/10.59033/cm.v11i3.2235.
Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA)

RELATO DE EXPERIÊNCIA / EXPERIENCE REPORT

O FAZER DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NUMA INSTITUIÇÃO PARA ATENDIMENTO A PESSOAS AUTISTAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

THE ROLE OF A PSYCHOLOGY PROFESSIONAL IN AN INSTITUTION SERVING PEOPLE WITH AUTISM: AN EXPERIENCE REPORT

Carla Silva Fiaes[1]*

[1] Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia, Especialista em Psicologia Escolar pelo Conselho Federal de Psicologia, Psicóloga Escolar da Secretaria Municipal de Barreiras-BA. *Autora para correspondência: csfiaes@gmail.com.

Recebido: 22/03/2026 - **Revisado**: 09/06/2026 - **Aceito**: 27/06/2026 - **Publicado**: 30/07/2026

RESUMO: O trabalho da Psicologia na área da deficiência durante muito tempo foi limitado a práticas que reforçavam a exclusão e a segregação. Mais recentemente, a Psicologia tem voltado o olhar para grupos que foram tradicionalmente excluídos e repensado o seu modo de atuação lançando documentos que referenciam o fazer das psicólogas. O presente trabalho refere-se ao relato do que tem sido desenvolvido na área de Psicologia ao longo de quase 10 anos de existência de uma instituição voltada ao atendimento de pessoas autistas e de suas famílias. A observação da fragilidade emocional intensa das famílias que frequentavam o espaço, incentivou o surgimento do primeiro serviço proposto: o grupo de terapia para pais, composto predominantemente por mulheres. Observamos aumento da participação das famílias nos grupos após a inclusão de um trabalho lúdico em paralelo voltado para as crianças desenvolvido por estagiárias de psicologia. Outros serviços psicológicos incluem o acolhimento de famílias em investigação para o autismo, a psicoterapia infantil e de adolescentes individual, o grupo de terapia para adolescentes. O trabalho desenvolvido numa associação de pessoas autistas permite refletir sobre os desafios para a manutenção das atividades da psicologia neste espaço, que estão associadas a formação técnica do profissional para atuar com pessoas com deficiência, muitas vezes carente nas instituições de ensino superior, além de questões relacionadas a dificuldade financeiras de garantir a presença de profissionais em organizações do terceiro setor, quando há poucas políticas públicas específicas de incentivo para estas instituições.

Palavras-chave: Atendimento psicológico. Associação. Inclusão. Autismo.

ABSTRACT: For a long time, the work of Psychology in the area of disability was limited to practices that reinforced exclusion and segregation. More recently, Psychology has turned its attention to groups that have been traditionally excluded and has rethought its mode of action, producing documents that reference the work of psychologists. This work refers to the account of what has been developed in the area of Psychology over almost 10 years of existence of an institution dedicated to serving autistic people and their families. The observation of the intense emotional fragility of the families who frequented the space encouraged the emergence of the first proposed service: a therapy group for parents, composed predominantly of women. We observed an increase in family participation in the groups after the inclusion of parallel play-based work aimed at children, developed by psychology interns. Other psychological services include support for families undergoing

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

autism investigation, individual child and adolescent psychotherapy, and a therapy group for adolescents. The work carried out in an association for autistic people allows us to reflect on the challenges to maintaining psychology activities in this setting. These challenges are associated with the technical training of professionals to work with people with disabilities, which is often lacking in higher education institutions, as well as issues related to the financial difficulties of ensuring the presence of professionals in third-sector organizations, given the limited specific public policies to support these institutions.

Keywords: Psychological support. Association. Inclusion. Autism.

INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 2000, tem se observado um aumento da preocupação da Psicologia em produzir uma forma de atuação mais comprometida com a disseminação dos seus conhecimentos para todos os públicos, inclusive com aqueles que foram historicamente excluídos da sociedade (Bock *et al*., 2022). Com essa perspectiva, o presente trabalho busca relatar a experiência de prestação de serviços psicológicos ao público de uma associação destinada ao atendimento de pessoas autistas em um município da região oeste da Bahia.

Quando o trabalho se iniciou na associação, haviam poucos relatos do que o psicólogo podia fazer nesses espaços, para além daqueles papeis mais tradicionais, associados a avaliação das pessoas com deficiência com testes padronizados e ao atendimento psicológico individualizado. Sendo assim, o presente trabalho refere-se ao relato do que tem sido desenvolvido na área da Psicologia ao longo de quase 10 anos de existência da instituição e os desafios para a manutenção deste trabalho.

Espera-se que este relato possa inspirar outros psicólogos que trabalham na área do atendimento a pessoas com deficiência e mais especificamente para aqueles que trabalham com pessoas autistas, para que percebam a diversidade de possibilidades e para que tenham uma perspectiva anticapacitista em suas atuações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032235, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2235 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

Historicamente, pessoas com deficiência foram submetidas a práticas de exclusão da sociedade, sendo muitas vezes segregadas em instituições especializadas, seja da área da saúde ou da educação (Blikstein; Reis, 2023). No Brasil, as primeiras instituições dedicadas ao atendimento de pessoas com deficiência começaram a surgir a partir do século XIX, e adotavam o modelo biomédico como forma de abordagem à deficiência. Este modelo vê a deficiência como um desvio do padrão normal de desenvolvimento e que deve ser tratado, curado ou reabilitado (Diniz, 2012). No modelo biomédico, o foco sobre a deficiência está no indivíduo e em suas limitações, dando-se pouca ou nenhuma ênfase às barreiras que o ambiente impõe às pessoas.

Por outro lado, foi a partir do surgimento destas mesmas instituições, aqui no Brasil tendo como exemplo o Instituto Pestalozzi e o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant), que as pessoas com deficiência começaram a se reunir e a lutar pelos seus direitos, resultando a longo prazo numa mudança do paradigma de compreensão da deficiência. Por exemplo, por volta dos anos 60 do século XX, movimentos organizados de familiares e de pessoas com deficiência passaram a reivindicar por melhores condições de vida para pessoas mutiladas nas guerras, a fazer críticas contra a discriminação da sociedade e a requerer a inclusão nos espaços escolares (Pereira, 2017).

No atual modelo social de deficiência, os impedimentos da pessoa interagem com as barreiras impostas pela sociedade, obstruindo a sua participação em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme definido pela Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2006), promulgada no Brasil sob a forma de lei através do Decreto 6.949 de 2009. Sendo assim, o movimento organizado de pessoas com deficiência no Brasil e no mundo deu origem a muitos dos direitos que este grupo tem alcançado na sociedade nos últimos anos, resultando em leis com perspectivas que destacam o respeito às diferenças e que buscam garantir a cidadania plena e a inclusão na sociedade.

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032235, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2235 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

Durante muito tempo, a Psicologia se constituiu enquanto uma ciência voltada para as classes mais elitizadas da sociedade e com práticas de cunho normatizador (Bock *et al*., 2022). Segundo Menicucci (2006), os estudos psicológicos ganharam valor científico a partir do momento que passaram a realizar o uso massivo de testes padronizados para classificar e medir as pessoas. Entre aqueles que tinham deficiência, os testes conferiam o status de doentes/pacientes, encaminhando-as para o atendimento clínico-terapêutico. Como resultado de avaliações psicológicas, se justificava, por exemplo, a exclusão de estudantes com deficiência da sala de aula comum e o seu encaminhamento para as salas especiais ou para as escolas de educação especial.

O direito à inclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais é uma conquista relativamente recente em termos históricos. A promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi um marco importante ao estabelecer no seu artigo 206, inciso I, a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e garantir, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). A partir de então, outros documentos consolidaram ao longo dos anos uma política inclusiva na educação do país, sendo a mais recente delas, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, definidas pelos Decretos nº12.686, de 20 de outubro de 2025 (BRASIL, 2025a), e nº 12.773, de 08 de dezembro de 2025 (BRASIL, 2025b).

Em consonância com as mudanças na área da educação, nos últimos anos, o Conselho Federal de Psicologia tem lançado documentos de referência que orientam e dão subsídios aos profissionais para adotarem práticas anticapacitistas, tecnicamente qualificadas e em consonância com uma perspectiva ética no atendimento às pessoas com deficiência. São exemplos, o Manual Orientativo para uma atuação anticapacitista na Psicologia (CFP, 2025a); a Nota Técnica nº 4/2019/GTEC/CG, que orienta sobre a elaboração de testes psicológicos para pessoas com deficiência, levando em conta o desenho

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032235, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2235 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

universal (CFP, 2019a); a Nota Técnica nº 6/2019/GTEC/CG, que orienta sobre a avaliação da capacidade decisional de pessoas com deficiência e/ou com doenças crônicas (CFP, 2019a); a Resolução CFP nº 7, de 10 de abril de 2025, que estabelece normas para o atendimento a pessoas com deficiência e para o enfrentamento ao capacitismo no exercício profissional (CFP, 2025b); a Resolução CFP nº 9, de 18 de julho de 2024, que regulamenta o uso das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) no exercício da Psicologia (CFP, 2024); a Resolução CFP nº 9, de 24 de abril de 2025, que dispõe sobre a prestação de serviços psicológicos às pessoas surdas (CFP, 2025c); e as Notas Técnicas CFP nº 12/2025 e nº 18/2025, que tratam dos fundamentos éticos, políticos e técnicos do atendimento à comunidade surda e às pessoas com deficiência (CFP, 2025d; 2025e). As mudanças internas na Psicologia são reflexo da visibilidade e do impacto que a luta que os movimentos das pessoas com deficiência têm gerado na sociedade para a desconstrução de séculos de discriminação e exclusão.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Quando decidimos iniciar o atendimento psicológico às mães e pais que frequentavam uma associação voltada ao atendimento de pessoas autistas e suas famílias, no ano de 2017, haviam poucas referências disponíveis sobre quais tipos de serviços de Psicologia poderiam ser ofertados em uma instituição de pessoas com deficiência, pois conforme relatado acima, as primeiras resoluções sistematizadas do Conselho de Psicologia referentes a atuação do profissional de Psicologia nesta área são recentes e as produções científicas na época eram escassas. Ainda assim, a prestação de serviços psicológicos foi se constituindo junto com a própria história da associação, uma vez que algumas das suas fundadoras eram psicólogas e estudantes de Psicologia.

O grupo que idealizou e organizou a fundação da associação era composto predominantemente por pais e mães de crianças e adolescentes autistas e alguns profissionais, que tinham como objetivo inicial, promover a

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032235, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2235 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

conscientização da sociedade sobre a temática e, juntar forças, para exigir o acesso aos direitos dos seus filhos e pacientes.

Após o período inicial e burocrático de formalização da instituição, algumas famílias com filhos com diagnóstico de autismo que não fizeram parte do movimento inicial de fundação e outras que buscavam investigar se o filho tinha o transtorno, começaram a procurar a associação para receber informação e apoio. Naquele momento, em um município do interior da Bahia, havia pouca informação difundida sobre o transtorno do espectro autista e o acesso ao diagnóstico e tratamento era muito restrito, limitado principalmente às famílias mais abastadas da cidade. Sendo assim, a diretoria da instituição definiu a necessidade da realização de um cadastro para registrar dados sobre as famílias que estavam sendo recebidas. À medida que íamos realizando os cadastros, observamos uma fragilidade emocional intensa das famílias devido aos anos de enfrentamento das dificuldades de forma quase solitária, à sobrecarga do cuidado, à dificuldade de acesso à informação para lidar com autismo no dia a dia, e também ao grande preconceito da sociedade, dentre outros.

Surgiu, então, a ideia de criar um grupo de terapia para pais de pessoas com deficiência, não exclusivo às famílias de autistas, uma vez que a associação estava localizada próxima a outra instituição que atendia pessoas com outros tipos de deficiência. O grupo passou a ter frequência semanal e tinha por objetivo acolher mães, pais e responsáveis por pessoas com deficiência, que muitas vezes não têm oportunidade de dialogar sobre os seus desafios entre os seus pares; também tinha como intenção, que as famílias compartilhassem experiências entre si, especialmente aquelas bem-sucedidas, e por fim, transmitir informações com embasamento científico, de modo a auxiliar no enfrentamento de situações desafiadoras do cotidiano.

A duração média dos encontros era de cerca de 1h30 e o número de participantes variava de 3 a 10, tendo predominância de mulheres, em sua maioria, mães de autistas. A participação reduzida de pais na terapia de grupo está associada a resultados de diversos estudos que encontram uma baixa frequência de genitores que acompanham os filhos com deficiência nas terapias

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032235, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2235 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

ou que auxiliam nos demais cuidados. Tal fato está assentado na ideia patriarcal de que o papel de cuidar na sociedade é tarefa primordial da mulher. A maternidade costuma ser associada como sinônimo de cuidado, porém, quando ela acontece de forma atípica, com um filho com deficiência, que exige cuidados mais intensos e específicos, é à mulher que é cobrado que abdique da vida profissional, dos próprios sonhos e se dedique quase que exclusivamente aos cuidados do filho (Silva *et al*., 2019). Talvez também pela sobrecarga que este cuidado gera e o estresse diário, são elas que mais procuram o grupo de terapia como uma forma de autocuidado.

Após 9 anos de sua criação, o grupo terapêutico permanece sendo ofertado, apesar de ter sofrido algumas mudanças como dia e horário dos encontros. Houve também mudança da psicóloga condutora do grupo, assim como troca de estagiárias e chegada de novos membros ao grupo ao longo dos anos.

O ajuste no horário do grupo de terapia para a noite foi uma mudança importante que teve por objetivo garantir a maior participação de mães, pais e responsáveis, que muitas vezes trabalhavam no horário comercial. Outra inovação, foi a chegada de estagiárias de Psicologia, que realizam um trabalho lúdico em paralelo com as crianças autistas, em uma sala adjunta à sala da terapia dos pais. Foi observado que, muitas vezes, as famílias não possuíam rede de apoio que pudesse permanecer com as crianças para que participassem da terapia. Desde que foi ofertado o suporte às crianças, observamos um aumento na frequência das famílias ao grupo terapêutico, bem como o fortalecimento do vínculo entre as famílias e das crianças entre si.

Outro tipo de serviço psicológico desenvolvido na associação é o acolhimento psicológico: uma psicóloga é responsável pelo acolhimento inicial que as famílias têm na instituição. A busca pelo diagnóstico do autismo acontece de forma muitas vezes assistemática, as famílias não sabem por onde começar a investigação, quais profissionais procurar, ou mesmo se as características que estão observando são realmente diferentes do desenvolvimento esperado para uma criança ou não. Essa dificuldade de acesso à informação e a profissionais

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032235, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2235 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

especializados acontece principalmente entre as famílias de baixa renda. Então, o acolhimento de uma psicóloga, especializada em autismo, de forma gratuita, direciona as famílias.

O acolhimento psicológico na associação envolve a coleta de informações sobre os sinais característicos do autismo que podem estar presentes na pessoa (seja criança, adolescente ou adulto); orientações sobre o que fazer diante daqueles comportamentos, reforçando a importância de acolher o filho ou filha, caso seja criança ou adolescente, e a si mesmo, quando se é adulto; e o encaminhamento, quando necessário, para a rede municipal especializada para avaliação. O município conta com um Centro Especializado no atendimento a pessoas com deficiência intelectual, o qual possui profissionais que realizam avaliações específicas para a confirmação ou não do diagnóstico de autismo e de outras deficiências e transtornos.

Após receber o diagnóstico de autismo, é comum o encaminhamento para o acompanhamento por profissionais especializados, como psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, etc. Sendo assim, o terceiro tipo de serviço psicológico ofertado na associação é o atendimento com uma psicóloga infantil. Com o objetivo de ampliar repertórios comportamentais, melhorar habilidades sociais, e estimular a percepção ambiental, a psicóloga utiliza principalmente de estímulos lúdicos que atraem o interesse das crianças autistas.

Aos adolescentes, foi ofertado durante cerca de 3 anos, um trabalho voltado para o desenvolvimento de habilidades sociais. A psicoterapia conduzida por psicólogas era desenvolvida em pequenos grupos de adolescentes, de até 4 participantes, e fazia uso de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas com o objetivo de ampliar a comunicação e a interação social dos jovens participantes. O grupo foi criado com a intenção de desenvolver habilidades que costumam estar prejudicadas em pessoas autistas, já que uma das características centrais do autismo é a dificuldade de interação social, que envolve falhas em iniciar uma conversação, falar em público, compreender regras sociais, fazer amizades (Maranhão; Pires, 2017). Todas estas habilidades são importantes para gerar

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032235, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2235 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

maior autonomia na sociedade, para favorecer a inserção no mercado de trabalho e, por outro lado, a sua ausência, aumenta o isolamento social, bem como os índices de bullying no ambiente escolar.

Nos encontros com os adolescentes, também eram abordados temas específicos associados ao autoconhecimento e ao seu desenvolvimento, tais como sexualidade, o que é o autismo, capacitismo, dentre outros.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Desde que foram iniciados, já foram realizados mais de 800 acolhimentos a famílias que buscaram a instituição, em sua maioria, famílias que não costumam ter acesso a profissionais especializados. A maior parte dos resultados do trabalho desenvolvido na instituição são observados de forma qualitativa. Quanto aos acolhimentos e encaminhamentos, recebemos frequentemente retornos das famílias quanto ao “fechamento do diagnóstico” dos filhos após receberem as orientações e encaminhamentos adequados pela instituição. Em alguns casos, as famílias são encaminhadas também para uma profissional do serviço social que orienta sobre o acesso a benefício previdenciário, quando a família se encontra em situação de vulnerabilidade econômica, dando continuidade ao atendimento na instituição.

Outro aspecto de ordem qualitativa e não menos importante é a melhoria da saúde mental, mais claramente observado no grupo de terapia de pais. Neste grupo se destaca a formação de vínculos entre as famílias, que vai para além do espaço físico da instituição, como os vínculos de amizade. Recebemos, por exemplo, alguns relatos de realização de piqueniques e festas de aniversários entre os membros do grupo.

Por fim, o reconhecimento do trabalho desenvolvido na instituição tem se solidificado de tal forma que, em 2024 a associação realizou um acordo de cooperação com a prefeitura, o que permitiu a cessão de uma psicóloga infantil para a realização de atendimentos às crianças autistas. No ano seguinte, em 2025, foi feita uma parceria de estágio em Psicologia com uma instituição privada de ensino. Este marco, permitiu a ampliação de alguns atendimentos, dentre

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032235, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2235 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

eles, o atendimento psicológico individual a adolescentes autistas por estagiárias sob supervisão de uma psicóloga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado, são diversas as possibilidades de atuação do profissional de psicologia em uma associação voltada para o atendimento de pessoas autistas, tendo como objetivo o alcance do desenvolvimento de sua autonomia, o respeito à sua identidade, a garantia da saúde mental, e o estímulo ao desenvolvimento de suas potencialidades. É válido ressaltar que tão importante quanto cuidar da pessoa com deficiência, é oferecer suporte à família que cuida cotidianamente dela.

Em relação à estruturação das atividades, elaboração de materiais próprios, como prontuários, registro e guarda segura dos documentos produzidos, o trabalho tem se consolidado cada vez mais. Porém, os desafios cotidianos são grandiosos e incluem questões, tais como manter os atendimentos a longo prazo, uma vez que boa parte dos profissionais se constitui de voluntários? Como garantir a vinculação dos autistas, que possuem dificuldade de interação social, quando há uma alta rotatividade de profissionais ou mesmo a suspensão de atendimentos? Como valorizar o profissional sem uma remuneração adequada? Ou mesmo, como incentivar profissionais capacitados a permanecer numa instituição sem reconhecimento financeiro? Como incentivar a formação específica para os profissionais de psicologia, que costumam ter uma formação mais generalista, não voltada para pessoas com deficiência nessas condições?

Estas são questões que não se restringem apenas a instituições de pessoas autistas, mas que devem estar na pauta de quem articula políticas públicas e reconhece a relevância da participação social, dos movimentos organizados de pessoas com deficiência para o acesso a direitos e a convivência em sociedade.

REFERÊNCIAS

Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032235, 2026.
https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2235 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).

BLIKSTEIN, Flávia; REIS, Alberto Olavo Advincula. Estudo sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em instituições para pessoas com deficiência. **Saúde Sociedade**, v. 32, n. 2, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220539pt.

BOCK, A. M. B.; ROSA, E. Z.; AMARAL, M. M.; FERREIRA, M. R.; MARCHINA, M. G. O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 42 (n.spe), e262989, 1-12, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003262989.

BRASIL. **Decreto 6.949** de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. **Decreto nº 12.686**, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. 2025a.

BRASIL. **Decreto nº 12.773**, de 08 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. 2025b.

CFP, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Manual Orientativo para uma atuação anticapacitista na Psicologia**, Brasília, 2025a.

CFP, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica nº 12/2025**. Orientação às psicólogas e psicólogos para atuação junto a pessoas com deficiência. 2025d.

CFP, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica nº 4/2019/GTEC/CG**. Orienta psicólogas(os), pesquisadores, editoras e laboratórios responsáveis quanto às pesquisas para construção, adaptação e estudos de equivalência de testes psicológicos para pessoas com deficiência e altera a Nota Técnica “Construção, Adaptação e Validação de Instrumentos para Pessoas com Deficiência”. 2019a.

CFP, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica nº 6/2019/GTEC/CG**. Nota Técnica de Orientação às (aos) psicólogas (os) sobre Avaliação da Capacidade Decisional de Pessoas com Deficiência e/ou com Doenças Crônicas. 2019b.

CFP, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 7**, de 10 de abril de 2025. Estabelece normas para o atendimento a pessoas com deficiência e para o enfrentamento ao capacitismo no exercício profissional. 2025b.

CFP, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 9**, de 18 de julho de 2024. Regulamenta o uso das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) no exercício da Psicologia. 2024.

CFP, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 9**, de 24 de abril de 2025. Dispõe sobre a prestação de serviços psicológicos às pessoas surdas. 2025c.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Nota Técnica nº 18/2025**. Orientação às psicólogas e aos psicólogos para atendimento à comunidade surda. 2025e.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: editora brasiliense, 2012.

MARANHÃO, S. S. A; PIRES, I. A. H. Funções executivas e habilidades sociais no espectro autista: um estudo multicascos. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 17, n. 1, 100-113, 2017. DOI: https://doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v17n1p100-113.

MENICUCCI, Maria do Carmo. Educação Inclusiva: Possibilidades e Desafios Atuais. In: Carla Ferreti. (Org.). **Educação Especial Inclusiva**: ênfase em Ciências Humanas. Belo Horizonte: PUC Virtual – PUC Minas, 2006, v. 1, p. 06-31.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**, Doc. A/61/611, Nova Iorque, 2006.

PEREIRA, M. A história da pessoa com deficiência. **Ciências Gerenciais em Foco**, UEMG, 2017, v. 8, n. 5, p.82-96. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/cgf/article/view/3149. Acesso em: 14 mar. 2026.

SILVA, E. M.; BERNARDES, R.; CHICON, J.F.; OLIVEIRA, I. M.; SÁ, M. G. C. S. Ser mulher cuidadora de pessoas com deficiência à luz da categoria gênero: reflexões a partir de um projeto de ensino/pesquisa/extensão no campo da educação física. **Educación Física y Ciencia**, v. 21, n.1, 2019. DOI: https://doi.org/10.24215/23142561e072.